

XU Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica

28º

Encontro de Iniciação Científica da UENF

20º

Circuito de Iniciação Científica do IFFluminense

16ª

Jornada de Iniciação Científica da UFF



U III Congresso Fluminense de Pós-Graduação

23ª

Mostra de Pós-Graduação da UENF

8ª

Mostra de Pós-Graduação do IFFluminense

8ª

Mostra de Pós-Graduação da UFF

Burocracia e morosidade institucional para Regularização Fundiária de comunidades quilombolas: o caso da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro.

Jairo Pimentel Brandão, Maria do Socorro Bezerra de Lima

O presente trabalho tem como ponto de partida a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu as comunidades remanescentes de quilombo o direito definitivo a terra, devendo o estado emitir títulos respectivos. Apesar da carta magna – que instaurou o estado democrático, dividiu os poderes, e definiu os direitos e deveres dos cidadãos – determinar o reconhecimento a estas comunidades, apenas em 2003, através do Decreto Federal nº 4.887, foi regulamentado os trâmites para a titulação das terras ocupadas por estes povos tradicionais. O objetivo é analisar a atuação das instituições que fazem parte da estrutura de poder do Estado, que compõe e são responsáveis pelo processo de regularização fundiária de comunidades quilombolas no Estado do Rio de Janeiro. Entender as legislações vigentes e os órgãos envolvidos neste processo, assim como, detalhar sua atuação em cada comunidade da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro, sendo elas “Ilha da Marambaia, em Mangaratiba”, “Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis” e “Quilombo do Campinho, em Paraty”. Para tal, será realizada uma análise qualitativa de dados oficiais dos órgãos do Estado, no que tange a identificação dos povos quilombolas. Uma análise processual das comunidades citadas para entender as particularidades que levaram a sua titulação – ou não. Trabalhos de campo nas comunidades para identificar o papel das instituições pela visão dos povos tradicionais, assim como os desdobramentos para a titulação destas comunidades. Entrevistas com servidores das instituições responsáveis pela política fundiária quilombola no estado do Rio de Janeiro. Serão elencadas e problematizadas as legislações vigentes que tratam da regularização fundiária de povos quilombolas no Brasil e a atribuição dos entes federativos neste processo. E dado esta análise – levando em consideração o que foi analisado até o momento do andamento da pesquisa – será exposto à ineficiência do governo federal em gerir a política de terras no estado do Rio de Janeiro nos mais de 30 anos após a promulgação da Constituição de 1988, assim como, será proposto políticas públicas e direcionamentos possíveis para sanar a problemática da política de terras no Brasil.

Instituição do Programa de IC, IT ou PG: Universidade Federal Fluminense

Eixo temático:

Fomento da bolsa (quando aplicável):

ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO:



APOIO:



XU Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica

28^o
Encontro de Iniciação Científica da UENF

20^o
Circuito de Iniciação Científica do IFFluminense

16^o
Jornada de Iniciação Científica da UFF



U III Congresso Fluminense de Pós-Graduação

23^a
Mostra de Pós-Graduação da UENF

8^a
Mostra de Pós-Graduação do IFFluminense

8^a
Mostra de Pós-Graduação da UFF

Bureaucracy and institutional slowness for land regularization of quilombola communities: the case of Costa Verde in the state of Rio de Janeiro.

Jairo Pimentel Brandão, Maria do Socorro Bezerra de Lima

The present work has as its starting point the promulgation of the Federal Constitution of 1988, which recognized the remaining quilombo communities the definitive right to land, with the state having to issue respective titles. Despite the Magna Carta – which established the democratic state, divided powers, and defined the rights and duties of citizens – determining the recognition of these communities, only in 2003, through Federal Decree No. lands occupied by these traditional peoples. The objective is to analyze the performance of institutions that are part of the State's power structure, which make up and are responsible for the process of land regularization of quilombola communities in the State of Rio de Janeiro. Understanding the current legislation and the bodies involved in this process, as well as detailing its performance in each community on the Costa Verde in the State of Rio de Janeiro, namely “Ilha da Marambaia, in Mangaratiba”, “Santa Rita do Bracuí, in Angra dos Reis” and “Quilombo do Campinho, in Paraty”. To this end, a qualitative analysis of official data from state bodies will be carried out, regarding the identification of quilombola peoples. A procedural analysis of the cited communities to understand the particularities that led to their title – or not. Field work in communities to identify the role of institutions from the point of view of traditional peoples, as well as the ramifications for the titling of these communities. Interviews with servants of institutions responsible for quilombola land policy in the state of Rio de Janeiro. Current legislation dealing with land regularization of quilombola peoples in Brazil and the attribution of federative entities in this process will be listed and problematized. And given this analysis – taking into account what has been analyzed up to the moment of the research – it will be exposed to the inefficiency of the federal government in managing land policy in the state of Rio de Janeiro in the more than 30 years after the enactment of the Constitution of 1988, as well as public policies and possible directions will be proposed to remedy the problem of land policy in Brazil.

ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO:



APOIO:

